



PREFEITURA MUNICIPAL  
RESERVA DO IGUAÇU

PROJETO LEI Nº 18/2026

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, submete à apreciação do poder legislativo a seguinte proposta de Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de RESERVA DO IGUAÇU, relativo ao Exercício Financeiro de 2027.

**Art. 2º.** A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I) fornecida pelos órgãos competentes, quanto às transferências legais da União e do Estado;

II) projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante, acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

**§1º** Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

**§2º** As operações de crédito quando previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

**Art. 3º.** O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.



**PREFEITURA MUNICIPAL  
RESERVA DO IGUAÇU**

**Art. 4º.** A reserva de contingência não será inferior a 0,5% (meio por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 5º.** A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem com a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras, bem como a conclusão de projetos em fase de execução pelo município, terão preferências sobre novos projetos.

**Art. 6º.** Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

**Art. 7º.** Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

- I) as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos conforme disposto no artigo 212 da Constituição Federal;
  - II) as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29/2000 de 13 de setembro de 2000;
  - III) as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;
  - IV) as despesas com pessoal do Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 8% (oito por cento) dos valores relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 25 de 14 de fevereiro de 2000.
  - V) O Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2009;
- Art. 8º.** Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

**CAPÍTULO II  
DAS METAS E PRIORIDADES**



**Art. 9º.** Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

**§1º** O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, informando percentual de execução e o custo total.

**§2º** Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2026, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

**Art. 10º.** As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2027, atendidas as despesas que constituem obrigação legal e constitucional do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal e da seguridade social as quais terão precedência na alocação dos recursos no projeto da Lei Orçamentária (LOA) de 2027 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminha a proposta orçamentária, a inclusão de outras despesas discricionárias em detrimento das prioridades e metas.

### CAPÍTULO III

#### DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Art. 11º.** Na proposta da Lei Orçamentária a discriminação da receita e despesa será apresentada, respeitada a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I) quanto à natureza da despesa, por Órgão e Unidade Orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso sendo que o controle a nível de elemento e subelemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente:

II) quanto a classificação Funcional Programática, por função, sub função e programa, detalhada em projetos, atividades e operações especiais;

**§1º** O Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta orçamentária a ser elaborada em nível de detalhamento de elemento de despesa.



## PREFEITURA MUNICIPAL RESERVA DO IGUAÇU

**§2º** Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, fonte de recurso e elemento de despesa.

**§3º** A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

III) da receita, que obedecerá ao disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 4320/64 de 17 de março de 1964, com alterações posteriores;

IV) da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

V) do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

VI) outros anexos previstos em Lei, relativos à consolidação dos já mencionados anteriormente;

**Art. 12º.** As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos na elaboração da Lei Orçamentária.

**Art. 13º.** A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2027 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município até a data de 31 de julho de 2026.

**Parágrafo Único.** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo serão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

**Art. 14º.** A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2027 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 30 de agosto de 2026.

**§1º** A proposta orçamentária deverá ser composta dos quadros e demonstrativos constantes da legislação específica.

**§2º** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, no ato da elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações da legislação federal padronizadora, ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2027 à Câmara Municipal.

### CAPITULO IV

#### DAS EMENDAS PARLAMENTARES



PREFEITURA MUNICIPAL  
RESERVA DO IGUAÇU

**Art. 15º.** São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I) que não sejam compatíveis com esta Lei;

II) que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas suportadas pela mesma fonte de recurso, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

**Art. 15º-A.** Em observância à Instrução Normativa nº 200/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), a execução das emendas parlamentares deverá garantir a transparência e a rastreabilidade integral dos recursos.

**Art. 15º-B.** Antes do início da execução orçamentária e financeira das emendas, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão divulgar em seus respectivos portais de transparência, em meio digital de acesso público, no mínimo, as seguintes informações:

I - Identificação do parlamentar proponente, com nome completo e partido;

II - Código único da emenda vinculado ao ato normativo que a aprovou;

III - Objeto detalhado da despesa, incluindo a ação governamental e finalidade específica;

IV - Valor alocado e identificação do órgão ou entidade executora;

V - Localidade beneficiada (município, região ou bairro);

VI - Cronograma de execução, com prazos estimados de início e término;

VII - Referência aos instrumentos jurídicos vinculados, como convênios, contratos de repasse ou termos de fomento.

**Art. 15º-C.** É obrigatória a abertura de conta bancária específica para cada emenda parlamentar destinada ao recebimento e gestão dos recursos.

**Parágrafo único.** É terminantemente proibida a utilização de contas intermediárias pelos recebedores das emendas, visando assegurar a identificação direta do beneficiário final, fornecedor ou prestador de serviço.

**Art. 15º-D.** A execução orçamentária das emendas parlamentares aprovadas para o exercício de 2027 fica condicionada à implementação integral das medidas de transparência e captação de dados exigidas pelo Sistema de Informação Municipal - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) do TCE-PR.

**Art. 16º.** Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

## CAPÍTULO V



### DAS TRANSFERÊNCIAS, AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

**Art. 17º** As subvenções sociais serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que atuem nas áreas de saúde, educação e assistência social.

**Art. 18º** A concessão de auxílios dependerá de:

- I – interesse público;
- II – comprovação de necessidade;
- III – disponibilidade orçamentária.

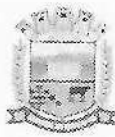
**Art 19º.** É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "subvenções sociais", ressalvadas aquelas destinadas a entidades sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

- I) Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
- II) atendam ao disposto no artigo 204 da Constituição Federal, no artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como na Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993.

**Parágrafo Único.** Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular no último ano, emitida no exercício de 2025, declaração de utilidade pública de no mínimo 01 ano e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

**Art. 20º** É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "auxílios" para entidades, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I) voltadas para ações de saúde de atendimento direto e gratuito ao público;
- II) de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;
- III) consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;
- IV) associações comunitárias devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados a execução de obras, a aquisição de equipamentos de interesse comunitário e ao exercício de atividades de apoio ao desenvolvimento econômico ou de interesse social;



V) entidades com personalidade jurídica, para em conjunto com o Poder Executivo Municipal desenvolverem ações relacionadas ao lazer, esporte e apoio ao desenvolvimento econômico do Município.

## CAPÍTULO VI DOS PRECATÓRIOS

**Art. 21º** A Lei Orçamentária incluirá dotações para pagamento de precatórios conforme informações da Procuradoria do Município.

**Art. 22º** O pagamento observará a legislação vigente e o regime adotado pelo Município.

**Parágrafo Único.** A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2027, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto nos §§ 1º e 5º do art. 100 da Constituição Federal e art. 101 do ADCT.

**Art. 23º** O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art.100, § 3º, da Constituição Federal sujeitar-se-á ao disposto na Lei Municipal 1026/2018 e 1161/2022.

**Art. 24º.** Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2027 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2026 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

**Parágrafo Único.** Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

**Art. 25º.** A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência à limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei



Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CAPITULO VII

### DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO

**Art. 26º.** Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, inciso I, artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 2000.

**Parágrafo Único.** No caso de o Poder Legislativo não promover a limitação no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os repasses dos valores financeiros, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

**Art. 27º.** Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

- I) novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;
- II) investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;
- III) despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;
- IV) outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

**Art. 28º.** Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

- I) a obrigações constitucionais e legais do Município;
- II) ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;
- III) despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;
- IV) despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.



**Art. 29º.** Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, §1, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, aos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundos Municipais, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda as disponibilidades financeiras do município.

**Art. 30º.** Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

**Parágrafo Único.** No exercício financeiro de 2027, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no artigo 57, §6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

## CAPITULO VIII

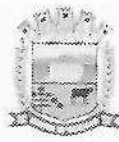
### DA DESPESA COM PESSOAL

**Art. 31º.** O disposto no §1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

**Parágrafo Único.** Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I) sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;
- II) não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

**Art. 32º.** O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só poderá ser aprovado se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar 101, de 2000.



PREFEITURA MUNICIPAL  
RESERVA DO IGUAÇU

Fica autorizado a proposição por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante a edição de Lei específica, da anistia de juros, multas e correção monetária de dívidas inscritas em Dívida Ativa Tributária.

**§1º** Aplicam-se à lei que conceda ou amplie benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no "caput" podendo a compensação, alternativamente, em todos os casos, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

**§2º** São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para fins do "caput" deste artigo, os benefícios concedidos que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes e produzam redução da arrecadação potencial, aumentando consequentemente a disponibilidade econômica do contribuinte.

**Art. 33º.** Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101, de 2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I) as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o §3º do artigo 182 da Constituição Federal;

II) entende-se como despesas irrelevantes, para fins do §3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, Art. 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, bem como demais artigos relevantes da mesma lei.

**Art. 34º.** Para efeito do disposto no artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I) considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II) no caso despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

**Art. 35º.** Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.



**Parágrafo Único.** No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

## CAPITULO IX

### DA SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**Art. 36º.** A Lei Orçamentária disporá sobre limites para a realização de alterações orçamentárias, na forma de créditos adicionais suplementares, no orçamento da administração direta, indireta e do Poder Legislativo.

**§1º** As alterações orçamentárias constituem-se na reprogramação ou reavaliação das prioridades das ações mediante a realocação de recursos de uma categoria de programação para outra, de um órgão para outro e de uma unidade orçamentária para outra.

**§2º** A reprogramação referida no parágrafo anterior será realizada na forma da transferência, transposição e remanejamento dos recursos.

**§3º** Para efeitos desta lei entende-se por:

- I) Transferência – a realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho no nível de categoria econômica de despesa, mantendo-se o programa em funcionamento;
- II) Transposição – a realocação de recursos que ocorre de um programa de trabalho para outro dentro do mesmo órgão, ampliando, desta forma, um programa previsto na lei orçamentária com recursos de outro também nela previsto;
- III) Remanejamento – a realocação dos recursos de um órgão/unidade para outro em programas de trabalho previstos na Lei Orçamentária;

**§4º** Excluem-se do limite de que trata o caput deste artigo os créditos adicionais suplementares que decorrem de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

**§5º** Ficam autorizadas alterações orçamentárias do tipo transferência, transposição e remanejamento até o limite em percentual de 40% (quarenta por cento) do total geral da receita fixada para o exercício, nos termos da legislação vigente.

**Art. 37º.** Para o exercício de 2027 conterà autorização para o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos da Constituição Federal:

- I) realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;
- II) realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;



PREFEITURA MUNICIPAL  
**RESERVA DO IGUAÇU**

- III)** proceder a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 40% (quarenta por cento) do total geral da receita fixada para o exercício, nos termos da legislação vigente, utilizando como recursos para cobertura, os provenientes da anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso III e o excesso de arrecadação de recursos livres consoante o estabelecido no inciso II, ambos do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal Nº 4320 de 17 de março 1964;
- IV)** proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso I, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 1964, até o limite da efetiva existência dos recursos de superávit financeiro nas fontes de recursos livres ou vinculados, devidamente apurados no balanço patrimonial do exercício anterior;
- V)** proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos os previstos no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 1964, mediante a efetiva ocorrência ou tendência de ocorrência de excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recursos vinculados desde que o total dos mencionados créditos não supere o limite de 15% (quinze por cento) do total geral da receita estimada para o exercício no orçamento fiscal;
- VI)** proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos de crédito celebrados para o exercício;
- VII)** transpor ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal e proceder o remanejamento e a compensação entre as fontes, e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, quando da abertura de créditos adicionais que utilizem como recurso o cancelamento de dotações.
- VIII)** proceder a utilização de recursos do cancelamento da dotação de Reserva de Contingência para a cobertura de créditos adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.
- §1º** A abertura dos créditos autorizados nos incisos IV, V e VI não são consideradas para fins do limite da autorização constante do inciso III.
- §2º** A autorização contida no inciso III é extensiva ao Presidente da Câmara Municipal no concernente ao orçamento próprio do Poder Legislativo e ao Prefeito Municipal para a abertura de créditos suplementares no orçamento da seguridade social considerando-se o limite de 40% (quarenta por cento) em relação ao total da despesa fixada nos respectivos orçamentos.



**Art. 38º.** O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2027.

**Art. 39º.** Em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

**Art. 40º.** O controle de custos da execução do orçamento será efetuado em nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

**Art. 41º.** Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como as suas alterações em suas metas físicas e financeiras, ocorridas até a data do envio, deverão ser incluídas na proposta orçamentária para 2027.

**Art. 42º.** Considerando o compromisso em promover os princípios e diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas, é fundamental estabelecer metas e prioridades de maneira coerente com a Agenda 2030 e garantir a sustentabilidade em suas diversas dimensões.

**Parágrafo Único.** Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abrangem uma ampla gama de desafios globais, incluindo a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de gênero, a garantia de educação de qualidade, o acesso a serviços de saúde, a adoção de práticas sustentáveis de produção e consumo, o combate às mudanças climáticas, entre outros.

## CAPÍTULO X

### DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

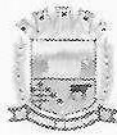
**Art. 43º** O Poder Executivo assegurará transparência mediante:

- I – divulgação em meios eletrônicos;
- II – realização de audiências públicas;
- III – incentivo à participação popular.

**Art. 44º** O Município manterá sistema de controle de custos.

**Art. 45º** A gestão observará os princípios da governança pública.

## CAPÍTULO XI



**PREFEITURA MUNICIPAL  
RESERVA DO IGUAÇU**

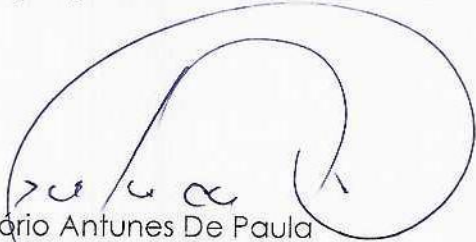
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 46°** O Poder Executivo poderá firmar convênios com outros entes públicos.

**Art. 47°** Fica autorizada a atualização da legislação tributária.

**Art. 48°** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 14 de Abril de 2027.

  
Vitório Antunes De Paula  
**Prefeito Municipal**



MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2027

ARF(LRF, art.4º, § 3º)

Página: 1 / 1

| PASSIVOS CONTINGENTES        |                     | PROVIDÊNCIAS   |                     |
|------------------------------|---------------------|--|---------------------|
| Descrição                    | Valor               | Descrição  | Valor               |
| Demandas Judiciais           | 750.000,00          | Limitação de empenhos em despesas de manutenção, contenção de despesa e utilização da reserva de contingencia. | 750.000,00          |
| Outros Passivos Contingentes | 363.300,00          | Limitação de empenhos em despesas de manutenção, contenção de despesa e utilização da reserva de contingencia. | 363.300,00          |
| <b>SUBTOTAL</b>              | <b>1.113.300,00</b> | <b>SUBTOTAL</b>  | <b>1.113.300,00</b> |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS |                     | PROVIDÊNCIAS  |                     |
|--------------------------------|---------------------|---|---------------------|
| Descrição                      | Valor               | Descrição   | Valor               |
| Frustração de Arrecadação      | 1.816.500,00        | Limitação de empenhos em despesas de manutenção, contenção de despesa e utilização da reserva de contingencia, instabilidade da economia. | 1.816.500,00        |
| <b>SUBTOTAL</b>                | <b>1.816.500,00</b> | <b>SUBTOTAL</b>   | <b>1.816.500,00</b> |

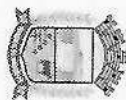
  

|              |                     |              |                     |
|--------------|---------------------|--------------|---------------------|
| <b>TOTAL</b> | <b>2.929.800,00</b> | <b>TOTAL</b> | <b>2.929.800,00</b> |
|--------------|---------------------|--------------|---------------------|

Fonte

Notas Explicativas

Handwritten mark or signature



MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2027

Página: 1 / 2

| Especificação  | 2027           |                 |       |         | 2028           |                 |       |         | 2029           |                 |       |         |
|--|----------------|-----------------|-------|---------|----------------|-----------------|-------|---------|----------------|-----------------|-------|---------|
|  | Valor Corrente | Valor Constante | % PIB | % RCL   | Valor Corrente | Valor Constante | % PIB | % RCL   | Valor Corrente | Valor Constante | % PIB | % RCL   |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)                                     | 76.067.160,26  | 73.282.428,00   | 0,000 | 130,686 | 70.006.660,33  | 65.163.088,00   | 0,000 | 116,207 | 72.456.893,44  | 65.163.088,00   | 0,000 | 116,207 |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)                            | 71.811.584,36  | 69.182.643,89   | 0,000 | 123,375 | 66.090.138,99  | 61.517.540,23   | 0,000 | 109,706 | 68.403.293,85  | 61.517.540,22   | 0,000 | 109,706 |
| Receitas Primárias Correntes   | 68.618.243,66  | 66.106.207,76   | 0,000 | 117,889 | 63.151.221,36  | 58.781.958,39   | 0,000 | 104,827 | 65.361.514,11  | 58.781.958,39   | 0,000 | 104,827 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria                            | 4.912.840,46   | 4.732.986,96    | 0,000 | 8,440   | 4.521.419,65   | 4.208.594,80    | 0,000 | 7,505   | 4.679.669,34   | 4.208.594,80    | 0,000 | 7,505   |
| Transferências Correntes   | 63.085.069,58  | 60.775.586,90   | 0,000 | 108,382 | 58.056.891,94  | 54.041.953,53   | 0,000 | 96,374  | 60.090.953,16  | 54.041.953,54   | 0,000 | 96,374  |
| Demais Receitas Primárias Correntes                                    | 620.333,62     | 597.623,91      | 0,000 | 1,066   | 570.909,77     | 531.410,06      | 0,000 | 0,948   | 590.891,61     | 531.410,06      | 0,000 | 0,948   |
| Receitas Primárias de Capital  | 3.193.340,70   | 3.076.436,13    | 0,000 | 5,486   | 2.938.917,63   | 2.735.581,83    | 0,000 | 4,878   | 3.041.779,74   | 2.735.581,83    | 0,000 | 4,878   |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)                                     | 76.067.160,26  | 73.282.428,00   | 0,000 | 130,686 | 70.006.660,33  | 65.163.088,00   | 0,000 | 116,207 | 72.456.893,44  | 65.163.088,00   | 0,000 | 116,207 |
| Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)                           | 65.564.490,68  | 63.164.249,21   | 0,000 | 112,642 | 67.859.247,85  | 63.164.249,21   | 0,000 | 112,642 | 70.234.321,52  | 63.164.249,20   | 0,000 | 112,642 |
| Despesas Primárias Correntes   | 56.267.976,79  | 54.208.070,13   | 0,000 | 96,670  | 58.237.355,98  | 54.208.070,13   | 0,000 | 96,670  | 60.275.663,43  | 54.208.070,12   | 0,000 | 96,670  |
| Pessoal e Encargos Sociais   | 31.270.084,66  | 30.125.322,41   | 0,000 | 53,723  | 32.364.537,62  | 30.125.322,41   | 0,000 | 53,723  | 33.497.296,44  | 30.125.322,41   | 0,000 | 53,723  |
| Outras Despesas Correntes  | 24.997.892,13  | 24.082.747,72   | 0,000 | 42,947  | 25.872.818,35  | 24.082.747,71   | 0,000 | 42,947  | 26.778.367,00  | 24.082.747,72   | 0,000 | 42,947  |
| Despesas Primárias de Capital  | 8.952.790,37   | 8.625.038,89    | 0,000 | 15,381  | 9.266.138,03   | 8.625.038,89    | 0,000 | 15,381  | 9.590.452,86   | 8.625.038,89    | 0,000 | 15,381  |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias                      | 343.723,52     | 331.140,19      | 0,000 | 0,591   | 355.753,84     | 331.140,19      | 0,000 | 0,591   | 368.205,23     | 331.140,19      | 0,000 | 0,591   |
| Receita Total (COM FONTES RPPS)  | 8.427.874,92   | 8.119.340,00    | 0,000 | 14,479  | 8.748.134,17   | 8.142.874,32    | 0,000 | 14,521  | 9.054.318,86   | 8.142.874,32    | 0,000 | 14,521  |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)                             | 7.956.377,61   | 7.665.103,67    | 0,000 | 13,669  | 8.234.850,83   | 7.665.103,67    | 0,000 | 13,669  | 8.523.070,61   | 7.665.103,67    | 0,000 | 13,669  |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS)  | 8.427.874,92   | 8.119.340,00    | 0,000 | 14,479  | 8.748.134,17   | 8.142.874,32    | 0,000 | 14,521  | 9.054.318,86   | 8.142.874,32    | 0,000 | 14,521  |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)                              | 8.126.526,84   | 7.829.023,93    | 0,000 | 13,962  | 8.410.955,28   | 7.829.023,93    | 0,000 | 13,962  | 8.705.338,71   | 7.829.023,93    | 0,000 | 13,962  |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)          | 6.247.093,68   | 6.018.394,68    | 0,000 | 10,733  | (1.769.108,86) | (1.646.708,98)  | 0,000 | (2,937) | (1.831.027,67) | (1.646.708,98)  | 0,000 | (2,937) |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV) | 6.076.944,45   | 5.854.474,42    | 0,000 | 10,440  | (1.945.213,31) | (1.810.629,24)  | 0,000 | (3,229) | (2.013.295,77) | (1.810.629,23)  | 0,000 | (3,229) |

4



MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2027

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso

Página: 1 / 1

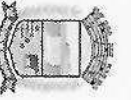
| Especificação   | Metas previstas em<br>2025<br>(a) | %<br>PIB | %<br>RCL | Metas realizadas em<br>2025<br>(b) | %<br>PIB | %<br>RCL | Variação          |                  |
|---|-----------------------------------|----------|----------|------------------------------------|----------|----------|-------------------|------------------|
|   |                                   |          |          |                                    |          |          | Valor (c) = (b-a) | %<br>(c/a) * 100 |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)  | 58.448.000,00                     | 0,000    | 80,289   | 73.175.986,03                      | 0,000    | 100,521  | 14.727.986,03     | 25,198           |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)                               | 57.459.305,10                     | 0,000    | 78,931   | 69.082.156,82                      | 0,000    | 94,897   | 11.622.851,72     | 20,228           |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)  | 58.448.000,00                     | 0,000    | 80,289   | 74.568.368,57                      | 0,000    | 102,434  | 16.120.368,57     | 27,581           |
| Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)                              | 58.498.579,04                     | 0,000    | 80,359   | 71.902.093,27                      | 0,000    | 98,771   | 13.403.514,23     | 22,913           |
| Receita Total (COM FONTES RPPS)   | 8.188.960,00                      | 0,000    | 11,249   | 0,00                               | 0,000    | 0,000    | (8.188.960,00)    | (100,000)        |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)                                | 8.050.437,16                      | 0,000    | 11,059   | 0,00                               | 0,000    | 0,000    | (8.050.437,16)    | (100,000)        |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS)   | 8.188.960,00                      | 0,000    | 11,249   | 0,00                               | 0,000    | 0,000    | (8.188.960,00)    | (100,000)        |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)                                 | 8.188.960,00                      | 0,000    | 11,249   | 0,00                               | 0,000    | 0,000    | (8.188.960,00)    | (100,000)        |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)<br>= (I - II)          | (1.039.273,94)                    | 0,000    | (1,428)  | (2.819.936,45)                     | 0,000    | (3,874)  | (1.780.662,51)    | 171,337          |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI)<br>= (V) + (III - IV) | (1.177.796,78)                    | 0,000    | (0,190)  | (2.819.936,45)                     | 0,000    | 0,000    | (1.642.139,67)    | 139,425          |
| Dívida Pública Consolidada (DC)   | 5.084.642,10                      | 0,000    | 6,985    | 10.648.618,72                      | 0,000    | 14,628   | 5.563.976,62      | 109,427          |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL)  | (11.498.273,68)                   | 0,000    | (15,795) | 368.082,94                         | 0,000    | 0,506    | 11.866.356,62     | (103,201)        |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha                            | 454.065,42                        | 0,000    | 0,624    | (10.145.180,78)                    | 0,000    | (13,936) | (10.599.246,20)   | (2.334,299)      |

| Parâmetros                     | Valor Previsto<br>2025 | Valor Realizado<br>2025 |
|--------------------------------|------------------------|-------------------------|
| PIB nominal                    | 0,00                   | 0,00                    |
| Receita Corrente Líquida - RCL | 58.448.000,00          | 72.796.672,96           |

Fonte

Notas Explicativas

14



MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2027

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

Página: 1 / 1

| ESPECIFICAÇÃO   | VALORES A PREÇOS CORRENTES |                 |         |                 |          |                |          |                |        |                |      |  |
|---|----------------------------|-----------------|---------|-----------------|----------|----------------|----------|----------------|--------|----------------|------|--|
|   | 2024                       | 2025            | %       | 2026            | %        | 2027           | %        | 2028           | %      | 2029           | %    |  |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)                                | 80.420.225,04              | 58.418.000,00   | (3,26)  | 70.298.054,65   | 20,27    | 67.639.295,34  | (3,78)   | 70.006.660,33  | 3,50   | 72.456.993,44  | 3,50 |  |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(I)                        | 55.384.461,43              | 57.469.305,10   | 3,75    | 60.062.173,32   | 4,51     | 63.855.206,75  | 6,32     | 66.090.138,99  | 3,50   | 68.420.293,85  | 3,50 |  |
| Despesas Total (EXCETO FONTES RPPS)                               | 60.420.225,04              | 58.448.000,00   | (3,26)  | 70.298.054,65   | 20,27    | 67.639.295,34  | (3,78)   | 70.006.660,33  | 3,50   | 72.456.993,44  | 3,50 |  |
| Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(II)                       | 58.319.948,94              | 57.659.579,04   | (1,07)  | 67.900,00       | (99,88)  | 65.220.767,19  | 95,95    | 67.859.247,65  | 4,05   | 70.234.321,52  | 3,50 |  |
| Receita Total (COM FONTES RPPS)                                   | 0,00                       | 0,00            | 0,00    | 8.188.960,00    | 8,27     | 8.427.874,92   | 2,92     | 8.748.134,17   | 3,90   | 9.054.318,66   | 3,50 |  |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS)(III)                         | 0,00                       | 0,00            | 0,00    | 15.828.775,40   | 15,82    | 7.956.377,61   | (50,05)  | 8.234.850,83   | 3,50   | 8.523.070,61   | 3,50 |  |
| Despesas Total (COM FONTES RPPS)                                  | 0,00                       | 0,00            | 0,00    | 8.188.960,00    | 8,27     | 8.427.874,92   | 2,92     | 8.748.134,17   | 3,90   | 9.054.318,66   | 3,50 |  |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS)(IV)                          | 0,00                       | 0,00            | 0,00    | 8.188.960,00    | 8,27     | 8.126.628,84   | (0,76)   | 8.410.955,28   | 3,50   | 8.705.338,71   | 3,50 |  |
| Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (V) = (I)-(II)       | (2.035.487,61)             | (239.273,94)    | (91,85) | 59.994.273,32   | 85,17    | (1.366.560,40) | (102,28) | (1.769.108,86) | 23,45  | (1.831.027,67) | 3,50 |  |
| Resultado Primário (COM RPPS) Acima da Linha (V) = (V)+(III - IV) | (2.035.487,61)             | (239.273,94)    | (91,85) | 67.734.088,72   | 88,40    | (1.535.709,63) | (102,27) | (1.945.213,31) | 26,67  | (2.012.295,77) | 3,50 |  |
| Divida Pública Consolidada (DC)                                   | 6.224.066,06               | 5.094.662,10    | (18,31) | 3.957.482,28    | (22,17)  | 11.053.266,23  | 179,30   | 11.440.130,55  | 3,50   | 11.840.558,12  | 3,50 |  |
| Divida Consolidada Líquida (DCL)                                  | (2.952.994,38)             | (11.498.273,66) | 289,36  | (11.218.392,02) | (2,43)   | 8.337,63       | (100,07) | 8.629,45       | 3,50   | 8.931,48       | 3,50 |  |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) Abaixo da Linha                      | 1.569.978,72               | 454.085,42      | (71,08) | (7.000,00)      | (254,16) | (61.028,49)    | (91,28)  | (418.916,25)   | 586,45 | (433.578,31)   | 3,50 |  |

| ESPECIFICAÇÃO   | VALORES A PREÇOS CONSTANTES |                |         |                 |          |                |            |                |        |                |        |  |
|---|-----------------------------|----------------|---------|-----------------|----------|----------------|------------|----------------|--------|----------------|--------|--|
|   | 2024                        | 2025           | %       | 2026            | %        | 2027           | %          | 2028           | %      | 2029           | %      |  |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)                                | 34.382.419,07               | 35.990.896,60  | 2,93    | 69.117.247,55   | 95,30    | 65.163.088,00  | (5,72)     | 65.163.088,00  | 0,00   | 65.163.088,00  | 0,00   |  |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(I)                        | 31.516.793,62               | 34.792.192,01  | 10,50   | 66.920.826,58   | 92,34    | 61.517.540,22  | (8,07)     | 61.517.540,22  | 0,00   | 61.517.540,22  | 0,00   |  |
| Despesas Total (EXCETO FONTES RPPS)                               | 34.382.419,07               | 35.990.896,60  | 2,93    | 69.117.247,55   | 95,30    | 65.163.088,00  | (5,72)     | 65.163.088,00  | 0,00   | 65.163.088,00  | 0,00   |  |
| Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(II)                       | 33.187.246,88               | 34.937.074,61  | 5,27    | 66.761.372,77   | 91,08    | 63.164.249,20  | (5,39)     | 63.164.249,20  | 0,00   | 63.164.249,20  | 0,00   |  |
| Receita Total (COM FONTES RPPS)                                   | 0,00                        | 0,00           | 0,00    | 8.051.637,87    | 8,11     | 8.119.340,00   | 0,84       | 8.142.874,32   | 0,29   | 8.142.874,32   | 0,00   |  |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS)(III)                         | 0,00                        | 0,00           | 0,00    | 7.795.816,35    | 7,66     | 7.665.103,67   | (1,68)     | 7.665.103,67   | 0,00   | 7.665.103,67   | 0,00   |  |
| Despesas Total (COM FONTES RPPS)                                  | 0,00                        | 0,00           | 0,00    | 8.051.637,87    | 8,05     | 8.119.340,00   | 0,84       | 8.142.874,32   | 0,29   | 8.142.874,32   | 0,00   |  |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS)(IV)                          | 0,00                        | 0,00           | 0,00    | 8.051.637,87    | 8,05     | 7.829.023,93   | (2,76)     | 7.829.023,93   | 0,00   | 7.829.023,93   | 0,00   |  |
| Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (V) = (I)-(II)       | (1.670.453,26)              | (144.892,60)   | (91,33) | 150.453,81      | (210,06) | (1.848.708,99) | (1.132,72) | (1.848.708,99) | (0,00) | (1.848.708,99) | (0,00) |  |
| Resultado Primário (COM RPPS) Acima da Linha (V) = (V)+(III - IV) | (1.670.453,26)              | (144.892,60)   | (91,33) | (96.387,71)     | (33,45)  | (1.810.629,24) | (1.778,88) | (1.810.629,24) | (0,00) | (1.810.629,24) | (0,00) |  |
| Divida Pública Consolidada (DC)                                   | 3.544.834,67                | 3.078.802,95   | (13,07) | 3.891.118,56    | 26,38    | 10.648.618,72  | 173,66     | 10.648.618,72  | 0,00   | 10.648.618,72  | (0,00) |  |
| Divida Consolidada Líquida (DCL)                                  | (1.600.381,47)              | (6.962.321,33) | 314,33  | (11.000.268,00) | 58,43    | 8.032,40       | (100,07)   | 8.032,40       | 0,00   | 8.032,40       | 0,00   |  |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) Abaixo da Linha                      | 893.403,93                  | 274.941,22     | (69,28) | (688.261,57)    | (550,33) | (66.782,37)    | (91,46)    | (399.932,66)   | 563,24 | (399.932,40)   | (0,00) |  |

Fonte

Notas Explicativas

✗



MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2027

AMF - Tabela 4 - (LRF, art.4º, §2, inciso III)

Página: 1 / 1

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO      | 2025                 | %             | 2024                 | %             | 2023                 | %             |
|-------------------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| Patrimônio/Capital      | 79.505.764,67        | 100,0         | 79.012.314,91        | 100,0         | 64.632.496,96        | 100,0         |
| Reservas                | 0,00                 | 0,0           | 0,00                 | 0,0           | 0,00                 | 0,0           |
| Resultado Acumulado (*) | 0,00                 | 0,0           | 0,00                 | 0,0           | 0,00                 | 0,0           |
| <b>TOTAL</b>            | <b>79.505.764,67</b> | <b>100,00</b> | <b>79.012.314,91</b> | <b>100,00</b> | <b>64.632.496,96</b> | <b>100,00</b> |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO      | 2025                 | %             | 2024                | %             | 2023                | %             |
|-------------------------|----------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
| Patrimônio/Capital      | 11.588.378,16        | 100,0         | 1.195.390,50        | 100,0         | 8.383.529,59        | 100,0         |
| Reservas                | 0,00                 | 0,0           | 0,00                | 0,0           | 0,00                | 0,0           |
| Resultado Acumulado (*) | 0,00                 | 0,0           | 0,00                | 0,0           | 0,00                | 0,0           |
| <b>TOTAL</b>            | <b>11.588.378,16</b> | <b>100,00</b> | <b>1.195.390,50</b> | <b>100,00</b> | <b>8.383.529,59</b> | <b>100,00</b> |

Fonte

Notas Explicativas

WA



MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2027

Página: 1 / 1

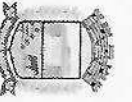
AMF - Tabela 5 (LRF, art.4º, §2, inciso III)

| RECEITAS REALIZADAS                                       | 2025(a)                         | 2024(b)                          | 2023(c)                 |
|---|---------------------------------|----------------------------------|-------------------------|
| <b>RECEITAS DE CAPITAL (I)</b>                            | 14.103,82                       | 3.340,00                         | 22.927,04               |
| <b>ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>                                | 14.103,82                       | 3.340,00                         | 22.927,04               |
| Alienação de Bens Móveis                                  | 0,00                            | 0,00                             | 0,00                    |
| Alienação de Bens Imóveis                                 | 0,00                            | 0,00                             | 0,00                    |
| Alienação de Bens Intangíveis                             | 0,00                            | 0,00                             | 0,00                    |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras                     | 14.103,82                       | 3.340,00                         | 22.927,04               |
| <b>DESPESAS EXECUTADAS</b>                                | <b>2025(d)</b>                  | <b>2024(e)</b>                   | <b>2023(f)</b>          |
| <b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b> | 81.279,96                       | 19.360,00                        | 474.449,70              |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>                                | 81.279,96                       | 19.360,00                        | 474.449,70              |
| Investimentos   | 81.279,96                       | 19.360,00                        | 474.449,70              |
| Inversões Financeiras                                     | 0,00                            | 0,00                             | 0,00                    |
| Amortização da Dívida                                     | 0,00                            | 0,00                             | 0,00                    |
| <b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.</b>          | 0,00                            | 0,00                             | 0,00                    |
| Regime Geral de Previdência Social                        | 0,00                            | 0,00                             | 0,00                    |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos                    | 0,00                            | 0,00                             | 0,00                    |
| <b>SALDO FINANCEIRO III</b>                               | <b>(g) = ((Ia - IId) + IIh)</b> | <b>(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)</b> | <b>(i) = (Ic - IIj)</b> |
|   | (534.718,80)                    | (467.542,66)                     | (451.522,66)            |

Fonte

Notas Explicativas

14



MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2027

ANF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| CÓDIGO | TRIBUTO | MODALIDADE        | SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO  | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA |           |           | COMPENSAÇÃO  |
|--------|---------|-------------------|---|------------------------------|-----------|-----------|--|
|        |         |                   |   | 2027                         | 2028      | 2029      |  |
| 1      | IPTU    | Outros Benefícios | Todos os contribuintes que pagarem o IPTU a vista até a data de vencimento - aposentados. | 20.760,00                    | 21.486,60 | 22.239,63 | Aumento na média de arrecadação e incentivo para qualificação total do valor do imposto. |
| TOTAL  |         |                   |   | 20.760,00                    | 21.486,60 | 22.239,63 |  |

Fonte

Notas Explicativas

4



MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2027

Página: 1 / 1

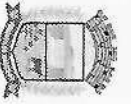
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| EVENTOS   | Valor Previsto 2027 |
|---|---------------------|
| Aumento permanente da receita                       | 778.500,00          |
| (-) Transferências constitucionais                  | 0,00                |
| (-) Transferências ao FUNDEB                        | 0,00                |
| Saldo final do aumento permanente de receita (I)    | 778.500,00          |
| Redução permanente de despesa (II)                  | 0,00                |
| Margem bruta (III) = (I-II)                         | 778.500,00          |
| Saldo utilizado da margem bruta (IV) = (V+VI)       | 570.263,15          |
| Novas DOCC (V)                                      | 570.263,15          |
| Novas DOCC geradas por PPP's (VI)                   | 0,00                |
| Margem líquida de expansão de DOCC (VII) = (III-IV) | 208.236,85          |

Fonte

Notas Explicativas

17



MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO NA DATA DE ENVIO DO PROJETO DE LEI DA LDO  
2027

2027

Página: 1 / 1

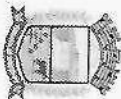
AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

| CÓDIGO DO PROJETO / ATIVIDADE | NOME DO PROJETO / ATIVIDADE                        | UNIDADE DE MEDIDA | PREVISÃO |               | EXECUÇÃO |              | SALDO A EXECUTAR |               |
|-------------------------------|--|-------------------|----------|---------------|----------|--------------|------------------|---------------|
|                               |  |                   | Qte      | Valor         | Qte      | Valor        | Qte              | Valor         |
| 1003                          | REFORMAS, AMPLIAÇÃO PRÉDIOS DA ASSISTENCIA SOCIAL  | GLOBAL            | 1,00     | 80.000,00     | 0,00     | 2.925,97     | 1,00             | 77.074,03     |
| 1006                          | CONTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS NAS UNIDADES       | GLOBAL            | 1,00     | 260.000,00    | 0,00     | 56.298,19    | 1,00             | 203.701,81    |
| 1008                          | CONSTRUÇÃO, REVITALIZAÇÃO E MELHORIAS DE ESPAÇOS   | GLOBAL            | 1,00     | 468.856,00    | 0,00     | 294.139,92   | 1,00             | 174.716,08    |
| 1009                          | AQUISIÇÃO VEICULO PARA MERENDA                     | GLOBAL            | 1,00     | 80.000,00     | 0,00     | 0,00         | 1,00             | 80.000,00     |
| 1011                          | CONSTRUÇÃO, READEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE            | GLOBAL            | 1,00     | 23.650.152,89 | 0,00     | 3.748.734,61 | 1,00             | 19.901.418,28 |
| 1043                          | AQUISIÇÃO DE VEICULOS E MÁQUINAS PARA A SECRETARIA | GLOBAL            | 1,00     | 50.000,00     | 0,00     | 0,00         | 1,00             | 50.000,00     |
| 1049                          | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO        | GLOBAL            | 1,00     | 480.000,00    | 0,00     | 128.186,65   | 1,00             | 351.813,35    |
| 1050                          | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS         | GLOBAL            | 1,00     | 130.000,00    | 0,00     | 42.696,89    | 1,00             | 87.303,11     |
| 1052                          | AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR       | GLOBAL            | 1,00     | 40.500,00     | 0,00     | 0,00         | 1,00             | 40.500,00     |

Fonte

Notas Explicativas

4



MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA

ART. 12 LRF

2027

Página: 1 / 2

| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO  | REALIZADA     |               | ESTIMADA      |               | PROJETADA     |               |  |
|--------|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--|
|        |  | 2024          | 2025          | 2026          | 2027          | 2028          | 2029          |  |
| 11     | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE<br>METODOLOGIA DE CÁLCULO | 3.586.718,60  | 4.728.112,34  | 2.640.300,00  | 2.740.631,40  | 2.836.553,50  | 2.935.832,87  |  |
| 12     | CONTRIBUIÇÕES<br>METODOLOGIA DE CÁLCULO                      | 2.465.517,43  | 2.647.505,58  | 2.876.880,00  | 2.986.201,44  | 3.090.718,49  | 3.198.893,64  |  |
| 13     | RECEITA PATRIMONIAL<br>METODOLOGIA DE CÁLCULO                | 4.318.792,88  | 9.528.421,52  | 6.506.430,00  | 6.753.674,34  | 6.990.052,94  | 7.234.704,79  |  |
| 14     | RECEITA AGROPECUÁRIA<br>METODOLOGIA DE CÁLCULO               | 0,00          | 4.941,00      | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |  |
| 16     | RECEITA DE SERVIÇOS<br>METODOLOGIA DE CÁLCULO                | 90.786,77     | 84.673,28     | 105.700,00    | 109.716,60    | 113.556,68    | 117.531,16    |  |
| 17     | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES<br>METODOLOGIA DE CÁLCULO           | 56.932.329,62 | 60.687.320,97 | 60.894.488,00 | 63.208.478,54 | 65.420.775,29 | 67.710.502,43 |  |
| 19     | OUTRAS RECEITAS CORRENTES<br>METODOLOGIA DE CÁLCULO          | 566.181,66    | 190.159,68    | 188.630,00    | 195.797,94    | 202.650,87    | 209.743,65    |  |
| 21     | OPERAÇÕES DE CRÉDITO<br>METODOLOGIA DE CÁLCULO               | 981.033,93    | 2.468.969,85  | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |  |
| 24     | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL<br>METODOLOGIA DE CÁLCULO          | 8.640.045,57  | 3.071.967,64  | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |  |

Ⓡ